

PANDEMIA E CRISE SOCIETÁRIA: obscurantismo bolsonarista e obsolescência lulista

Marco Antonio Perruso¹
(UFRRJ, Brasil)

 <https://doi.org/10.29404/rtps-v6i10.848>

Resumo: O legado da pandemia do coronavírus, dos confinamentos e demais consequências a ela associadas, é complexo e desafiador para a intelectualidade crítica. Do ponto de vista das estruturas sociais, há a ampliação do trabalho remoto, as alterações na mobilidade urbana, o incremento da precarização na vida dos trabalhadores – mas também de suas lutas contra a crise econômica e a barbárie socioambiental sob os diversos regimes do Capital. No mundo político, liberais, populistas e ex-socialistas se defrontam entre as resistências democráticas e as ameaças autoritárias, na busca de saídas (quase sempre contrárias às classes populares) para a crise global. A indignação cidadã se mantém, ainda lentamente convertendo-se em participação política renovada. Diante do “novo normal” e do ressurgente negacionismo científico, os intelectuais são desafiados a formular, em diálogo com os grupos sociais subalternizados, diagnósticos críticos e soluções emancipatórias para as sociedades na periferia do capitalismo.

Palavras-Chave: Pandemia, Crise Social, Populismo, Lula da Silva, Jair Bolsonaro.

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), com Pós-Doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Atua como Professor Associado de Sociologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), onde integra o quadro docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFRRJ). Publicou o livro *“Em busca do ‘novo’: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80”* pela Editora Annablume, em 2009. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-8320-4102> / E-mail: marcoantonioperruso@gmail.com

PANDEMIC AND SOCIAL CRISIS: *Bolsonarist* obscurantism and *Lulist* obsolescence

Abstract: The legacy of the coronavirus pandemic, of the social distancing and other consequences associated with it, is complex and challenging for critical intellectuals. From the point of view of social structures, there is an expansion of home office, changes in urban mobility, an increase in insecurity in the lives of workers - but also in their struggles against the economic crisis and socio-environmental barbarism under the various regimes of the capital order. In the political world, liberals, populists, and ex-socialists are confronted between democratic resistances and authoritarian threats, in the search for solutions (almost always contrary to the popular classes) for the global crisis. Citizen indignation remains, still slowly converting into renewed political participation. Faced with the "new normal" and the resurgent scientific negationism, intellectuals are challenged to formulate, in dialogue with dominated social groups, critical diagnoses and emancipatory solutions for societies on the periphery of capitalism.

Keywords: Pandemic, Crisis, Populism, *Lulism*, *Bolsonarism*.

PANDEMIA Y CRISIS SOCIAL: Oscurantismo bolsonarista y obsolescencia lulista

Resumen: El legado de la pandemia de coronavirus, de los confinamientos sociales y otras consecuencias asociadas a ella, es complejo y desafiante para los intelectuales críticos. Desde el punto de vista de las estructuras sociales, hay una expansión del trabajo a distancia, cambios en la movilidad urbana, un aumento de la inseguridad en la vida de los trabajadores, pero también en sus luchas contra la crisis económica y la barbarie socioambiental bajo los distintos regímenes de orden de capital. En el mundo político, liberales, populistas y exsocialistas se enfrentan entre resistencias democráticas y amenazas autoritarias, en la búsqueda de soluciones (casi siempre contrarias a las clases populares) a la crisis global. La indignación ciudadana persiste, aun convirtiéndose lentamente en una participación política renovada. Frente a la "nueva normalidad" y el resurgimiento del negacionismo científico, los intelectuales se enfrentan al desafío de formular, en diálogo con los grupos sociales dominados, diagnósticos críticos y soluciones emancipadoras para las sociedades de la periferia del capitalismo.

Palabras Clave: Pandemia, Crisis, Populismo, *Lulismo*, *Bolsonarismo*.

Introdução

O legado da pandemia do coronavírus e de suas diversas consequências – distanciamentos sociais, inquietação política, recessão mundial, bem como um ambiente cultural e psicológico peculiar – é complexo e desafiador para a intelectualidade crítica. A quadra histórica em que vivíamos antes já era intensamente conflituosa: o otimismo liberal com a globalização no plano internacional e o triunfalismo da onda progressista latino-americana ruíram a partir da crise econômica de 2008. Na década seguinte, tanto à direita como à "esquerda", viu-se desabar as esperanças de que o capitalismo prosseguiria harmonicamente explorando e tutelando os trabalhadores, seja por meio do mercado, seja através do Estado. O abalo da democracia burguesa foi sentido por todos os lados da

institucionalidade e por todas as cores ideológicas dos partidos da ordem (democratas e republicanos nos EUA, social-democratas e conservadores na Europa, PT e PSDB no Brasil, entre outros).

A pandemia agravou todo esse processo histórico. Reformistas (social-democratas nos países cêntricos, populistas progressistas na periferia do capitalismo) e neoliberais, compondo a dicotomia dominante nas disputas políticas institucionais, já vinham sendo questionados por uma ascendente extrema-direita que se nutria da crise econômica e societária. E, nas ruas, por segmentos importantes das classes subalternas: trabalhadores, estudantes, negros, mulheres no Brasil, no Chile, nos EUA, em Hong Kong etc. Não se sabe como tal quadro evoluirá nos próximos anos. Mas é certo que persistirá o desapontamento popular com um mundo do trabalho que a pandemia tornou mais caótico, com a ordem do capital que parece não saber para onde ir, com castas políticas capazes de motivar existencialmente apenas suas restritas clientelas ideológicas nas redes (anti)sociais. Do ponto de vista dos trabalhadores, continua existindo a demanda por horizontes radicalmente emancipatórios. Ainda mais na nova conjuntura inaugurada pela pandemia. Há de se verificar como nós intelectuais engajados nos comportaremos: apoiaremos a classe trabalhadora em suas lutas contra a desigualdade ou insistiremos num imaginário desenvolvimento nacional do capitalismo brasileiro que nos legou a atual barbárie?

No presente artigo, faço alguns apontamentos sociológicos a respeito do período histórico atual, com ênfase no caso brasileiro, que não foge à realidade mundial. Em nossa formação social, bolsonarismo e lulismo são os fenômenos políticos mais marcantes dos últimos anos e expressam uma extrema-direita empoderada e um progressismo decadente, sem forças. O obscurantismo do (des)governo federal, que mistura negacionismo científico e posturas genocidas e ecocidas, seja por agir ou deixar de agir, foi pego em cheio pela pandemia do coronavírus. Antes Jair Bolsonaro e seus apoiadores extraíam sua própria segurança política do antipetismo, oriundo do desgaste de anos de governos de conciliação de classes entre 2002 e 2016, mas o quadro foi mudando substancialmente. A inépcia governamental diante da crise sanitária veio minando, ainda que com idas e vindas, a popularidade presidencial. O lulismo, por seu turno, perdeu as condições de hegemonia política de que desfrutou desde meados da década retrasada. Lula, como presidente, surfou na onda internacional das *commodities*, promovendo várias políticas públicas socialmente compensatórias. Entretanto, quando a fonte secou, a partir do início da década passada, já no governo Dilma Rousseff, a debacle se impôs, o Centrão, hoje com Jair Bolsonaro, abandonou o pacto lulista de classes. É nesse compasso que o lulismo sobrevive politicamente, na lembrança e esperança de um período supostamente glorioso que talvez retorne um dia.

O bolsonarismo e sua criminoso gestão da crise da pandemia são alvos fundamentais para a reflexão crítica por parte dos intelectuais. Por outro lado, o lulismo, ainda influente nos meios acadêmicos brasileiros (ao contrário do que se dá em diversos setores das classes populares), desenvolve uma narrativa incapaz de propiciar a compreensão das mudanças contemporâneas por que passamos. A obsolescência societária e cultural do lulismo impõe antolhos ao desenvolvimento do pensamento criativo, dialético e radical. Só este pode revisar a trajetória brasileira recente, percebendo as contradições que vivíamos desde antes da pandemia e do próprio bolsonarismo. O coronavírus, porém, intensificou as contradições nacionais em determinadas direções, como veremos.

Disposição não falta a nós trabalhadores da ciência e da educação, no grave momento em que estamos imersos. Universidades, institutos de pesquisa, organizações não-governamentais e outros organismos intelectuais mostram-se ativos desde o início da pandemia, passando por todos os confinamentos e chegando agora ao início da vacinação. Tem progredido o diálogo ativo com a sociedade, transmitindo-se informações científicas e orientações sanitárias, na singular conjuntura inaugurada pela pandemia e brutalizada pela indústria cultural bolsonarista, com suas *fake news* negacionistas e conspiracionistas, sempre diversionistas. Todavia, há muito que fazer para ampliar o alcance deste diálogo.

Mais do que isso. É necessário nos perguntarmos como é possível que, no Brasil e no mundo, em pleno século XXI, para desespero de quem cultivava ilusões iluministas, nossa sociedade contemporânea seja tão predisposta a descreer na ciência. Como explicar sociologicamente que pareça estar em baixa o prestígio social dos que vivem do (e para o) capital cultural: cientistas, professores, artistas? A resposta a esta pergunta pode ser encontrada no exame das relações que nós intelectuais construímos com os diversos segmentos sociais, ao fazermos ciência e produzirmos cultura por meio de ideias. Que papel estamos a exercer, assim?

Início meus apontamentos sumariando os impactos da pandemia e das quarentenas sobre as estruturas sociais e produtivas vigentes. A seguir, destaco algumas alterações desencadeadas pelo coronavírus nas conflituosas dinâmicas sociais e políticas que se desenrolavam no planeta e, particularmente, no Brasil. Esta dialética societária modificada pelo “novo normal” é aqui analisada nela mesma, mas também enquanto desafio intelectual para nosso pensamento crítico, também ele em crise. Por fim, busco observar os horizontes possíveis de mudança emancipatória nesta conjuntura, problematizando o lugar e a ação dos intelectuais brasileiros sob o ponto de vista dos interesses e projetos próprios às classes trabalhadoras.

Alterações súbitas em estruturas laborais

Em termos imediatos, a pandemia e o distanciamento social ampliaram abruptamente o trabalho remoto. Grandes empresas privadas e vastos setores do serviço público adotaram-no, alterando de modo radical a paisagem urbana das grandes cidades, especialmente suas regiões centrais que concentram o segmento de serviços. A exposição dos trabalhadores à precarização de seu mundo profissional aumentou. Muitas instituições, como as universidades públicas, injustamente empurraram para seus funcionários – nós docentes, mas também técnicos administrativos – o custo e a efetivação do trabalho à distância. Mais grave é a situação dos empregados de pequenas empresas – cujos patrões muitas vezes não adotam os protocolos sanitários necessários – e do precariado, que se vira como pode trabalhando nas ruas, sem direitos e expostos ao coronavírus, sob o pano de fundo ameaçador da miséria e da fome.

Modificou-se também em boa medida a mobilidade urbana, com diminuição ou sazonalização do uso de transportes públicos e privados. Não sabemos ainda se o trabalho remoto, agigantado, persistirá e tornará anacrônico o mundo dos escritórios privados e repartições públicas que conhecemos. Certamente não findará o sofrimento cotidiano dos

trabalhadores em ônibus, trens e metrô lotados, ao menos na atual correlação de forças entre dominantes e dominados.

O *home office* entrecruza as vidas profissional e doméstica, intensificando a exploração da mão-de-obra, o adoecimento laboral, o sofrimento psicológico das famílias. A estes efeitos sociais se associa a mediocrização pedagógica promovida pelo ensino remoto, que afeta sobremaneira crianças e jovens pobres. A pulverização espacial do proletariado, iniciada anteriormente pela reestruturação produtiva e agora direcionada aos nossos lares, é uma possibilidade cada vez mais atemorizante.

Por outro lado, parcelas importantes das classes populares têm reagido à crise econômica e sanitária e à barbárie socioambiental precipitadas pelo coronavírus e geridas pelos diversos regimes políticos do capital planeta afora. No caso brasileiro, em 2020 o “breque dos apps” construído pelo precariado dos aplicativos foi sucedido pela greve dos funcionários dos correios.² Não se pode esquecer que as mudanças produtivas e tecnológicas sob o capitalismo serão mais ou menos precarizantes das condições de vida a depender da agência sociológica dos trabalhadores, de suas resistências e iniciativas. As lutas de classes dos sujeitos do campo subalterno sempre incidem sobre as modificações das estruturas sociais. Alguns movimentos sociais protagonizados pelos “de baixo” emergem ao largo da burocratização sindical lulista e apesar da pressão autoritária bolsonarista. Apenas uma renovação classista e combativa do campo popular assegurará mudanças favoráveis aos que vivem do trabalho no cenário político nacional.

Ao mesmo tempo, a crise internacional e o combate à pandemia desmoralizaram o neoliberalismo e seu dogma mercantilista. O drama da saúde pública em todos os países reforçou o papel do Estado na coordenação das ações sanitárias e assistenciais. Quase todos se voltaram para o paradigma do Estado de Bem-Estar Social, ofuscando o *agitprop* ultraliberal da extrema-direita, que vai caminhando para ser mais uma moda passageira. Pautas importantes revigoram-se, a depender das mobilizações da sociedade civil: renda básica universal, imposto sobre grandes fortunas, abolicionismo penal, entre outras.³ O intervencionismo estatal volta a generalizar-se no capitalismo contemporâneo: o que sempre foi inerente à prática burguesa é, simultaneamente, um tabu para o discurso liberal. De uma hora para outra, figuras como Paulo Guedes tornam-se inócuas, sendo obrigadas a fazer o contrário do que pretendiam – caso da criação do Auxílio Emergencial.

Contudo, em termos intelectuais necessariamente críticos, ficarmos na arenga mercado *versus* Estado – ambos capitalistas – é insuficiente. A dialética marxista consequente, em sentido emancipatório e socialista, destaca a dimensão ecológica da crise da pandemia. A esquerda libertária já o fazia antes (Cf.: SVAMPA, 2019 e ACOSTA; BRAND, 2020). Conforme a práxis de vários movimentos sociais, o coronavírus é apropriadamente denunciado como outro sintoma, ainda mais destrutivo, dos imperativos cegos do produtivismo e do economicismo, intrínsecos às sociabilidades e mentalidades burguesas. Contra estes nexos existenciais da contemporaneidade, apresentam-se alternativas classistas e identitárias, combinadas ou não, nem tão velhas, nem tão novas, a partir de

² Registre-se que as passeatas das torcidas organizadas antifascistas contra Jair Bolsonaro foram as primeiras grandes manifestações de rua sob a pandemia no Brasil, ainda no primeiro semestre de 2020.

³ Além disso, no Brasil disseminam-se críticas aos militares e a sua (in)capacidade administrativa, visto que muitos deles têm ocupado cargos burocráticos no (des)governo Jair Bolsonaro.

experiências populares ou de vanguarda. Tais experimentos não se reduzem, por óbvio, à tradição marxista. De qualquer modo, esta fica novamente em evidência, por privilegiar analiticamente os limites e as contradições do capitalismo mundial, as implicações do industrialismo e da urbanização na produção de pandemias e na disseminação de seus efeitos segundo a desigualdade social.

Tanto mais sentido tem tudo isso para nós face à importância histórica do SUS, conquista social estratégica do campo movimentista brasileiro dos anos 1970/1980. A produção intelectual nacional em torno da desigualdade de acesso à saúde e ao saneamento, notadamente em sociedades localizadas na periferia do capitalismo, é capaz de explicar a contínua promoção de pandemias e endemias nas últimas décadas (dengue, chicungunya, zika, gripe suína). Nossas ciências sociais e humanas já demonstraram como foram concebidas epidemias anteriores, como a sociedade e a cultura nacionais interagem com os desafios da saúde pública, do saneamento e do urbanismo, tendo em vista acontecimentos marcantes – a gripe espanhola e a Revolta da Vacina são os exemplos mais notórios.

Mas nós intelectuais – que somos assalariados, é bom que se diga – precisamos nos lembrar que o enfrentamento de todas essas questões depende essencialmente da articulação coletiva dos trabalhadores e demais setores populares. O resultado da luta contra a atual crise será democratizante, quem sabe inaugurador de novos horizontes emancipatórios, se ela envolver um processo de empoderamento das classes subalternizadas no Brasil e no mundo cujos direitos continuam sendo atacados, sob o signo das múltiplas desigualdades capitalistas.

Populismo, progressismo e extrema-direita

Apesar da ascensão da extrema-direita em alguns países, as raízes da presente situação, antes e durante a pandemia, residem na crise de legitimidade popular sofrida igualmente por neoliberalismos e desenvolvimentismos progressistas. Em perspectiva habermasiana, pode-se afirmar que há reações do “mundo da vida” (HABERMAS, 1987), à direita e à esquerda, às inúmeras promessas não cumpridas pelo capitalismo contemporâneo e seus “sistemas” econômicos e políticos. As insatisfações de trabalhadores, mulheres, negros e povos tradicionais permanecem e foram intensificadas pela pandemia.

As teorias políticas democráticas estão desafiadas a repensar o mundo social, notadamente o das classes subalternas. Muitas delas produzem uma mirada intelectual restrita, que privilegia exclusivamente a manutenção da democracia liberal burguesa – mesmo as que aparentam ser antiliberais e de esquerda, como tantas ideologias reformistas. É preciso ir além, investigando a reoxigenação da participação cidadã e as revoltas nas ruas que se dão em algumas regiões do planeta. No campo político-institucional, liberais e ex-socialistas se defrontam entre as resistências democráticas e as ameaças autoritárias, na busca de saídas para a crise global, tornada alarmante pelo coronavírus. No entanto, agem quase sempre contrariamente aos setores populares, uma vez que raciocinam exclusivamente na ótica do *status quo* e das classes dominantes.

Um exemplo significativo nessa direção é o desenvolvimento, neste milênio, do debate em torno do populismo, como fenômeno e como conceito (PERRUSO, 2020). Não se trata apenas da atual crítica ao nacional-populismo “iliberal”, de extrema-direita, que chegou a governos nos Estados Unidos, Brasil, Polônia, Hungria, Turquia. Até porque um exame mais criterioso revela um recrudescimento genérico de práticas autoritárias mescladas à democracia burguesa (o que nunca foi incomum), tal qual se verifica na Inglaterra e em Israel. Emerge mais nitidamente um endurecimento geral dos regimes do Capital, o qual se expressa na personalização do poder. Há líderes messiânicos – ou que emulam calculadamente um escatologismo – como Trump e Jair Bolsonaro. E há também o caso da China, onde eliminou-se o limite de mandatos para o chefe de Estado, fugindo à tradição do partido comunista local. Evo Morales fez quase o mesmo na Bolívia, porém acabou sendo derrubado.⁴

Mas o debate em questão sobre o populismo é realizado por intelectuais progressistas. No Brasil a crítica da sociologia marxista uspiana – de meio século atrás – ao populismo (tanto de direita como de “esquerda”), se distinguia da crítica liberal do termo, de teor elitista. Nossa intelectualidade nacionalista sempre se incomodou com ambos os pareceres por sua própria simpatia com os “pais dos pobres” brasileiros, de Vargas a Lula. Não por acaso a apreciação do lulismo hoje é acompanhada por uma reabilitação nacionalista do populismo enquanto fenômeno político (PERRUSO, 2020). Esta reabilitação é muito forte num certo senso comum intelectual, o qual, todavia, reflete a impotência populista em nos tirar da crise em que estamos, quer com o presente obscurantismo bolsonarista, quer com as esperanças no retorno do decadente lulismo.

A situação brasileira envolve justamente uma inversão política no campo da ordem burguesa, da “esquerda” para a direita, em que o denominador comum é o populismo. E o bolsonarismo que vivemos só é inteligível a partir da compreensão do que foi o lulismo. A emergência da extrema-direita entre nós se explica por meio da crise do progressismo latino-americano (que, inclusive, dá indícios de estar para terminar).

Face ao nacionalismo nostálgico do lulismo, comungado por muitos intelectuais, estamos diante de uma crise de interpretação do Brasil protagonizada por nossas ciências sociais e humanas. Muitos de nós temos dificuldade em manter um viés crítico, ainda crentes nos paradigmas da conciliação de classes e da centralidade das políticas públicas como soluções para o país. Costuma-se olhar para trás em detrimento de construir saídas novas e transformadoras para um futuro comum. Essa paralisia do campo progressista impressiona: mesmo alguns liberais ilustrados estão pensando “fora” de sua respectiva “caixinha”, caso de André Lara Resende (FERNANDES, 2020).

Sob o prisma dos interesses e projetos próprios dos trabalhadores, ofereço aqui uma alternativa analítica a respeito da crise brasileira iniciada na década passada (que terminou já sob a pandemia), entendendo o bolsonarismo como legado do lulismo. Além disso, observando as práticas dos agentes sociais e políticos, não apenas seus discursos – estes últimos correntemente são superestimados, seja nas narrativas conservadoras seja nas progressistas.

⁴ Não deixemos de fora o precedente representado por longevos chefes de governos parlamentaristas europeus em décadas passadas.

Bolsonarismo e lulismo

O (des)governo Jair Bolsonaro vive em contínua crise, assim como foram os quatro anos de Trump nos EUA. O bolsonarismo volta e meia tem as suas asas cortadas pelo Congresso e pelo STF, mas dado que o peso do Estado na sociedade brasileira é enorme, o estrago promovido pelo Executivo é grande – como regra na história, o sofrimento dos trabalhadores é bem maior. Obrigado pela sociedade civil e pelo parlamento a pagar o Auxílio Emergencial que não queria (o qual depois lhe serviu de suporte de popularidade), esbravejando contra a “judicialização da política”⁵ que evita alguns de seus piores excessos, Jair Bolsonaro na presidência nos mostra que a ingovernabilidade não era privilégio de Dilma Rousseff ou do PT. A cena política nacional desnuda quão forte é a instabilidade de nossa democracia burguesa.

Jair Bolsonaro, com seu negacionismo genocida, é um dos pouquíssimos governantes no mundo inteiro a ter perdido ou deixado de ganhar popularidade sob a pandemia do coronavírus. Ele continua assustando muita gente porque o bolsonarismo só sabe responder com agressividade e verborragia golpista à sua própria fragilização política. Jair Bolsonaro poderia ter percorrido o Brasil inaugurando hospitais de campanha militares e angariado apoio popular majoritário como líder no combate à pandemia – o que aconteceu no mundo todo. Mas ainda não entendemos bem que, tal qual outros governantes de extrema-direita, ele não se elegeu para governar. O populista de direita substituiu a gestão pública burguesa clássica pela permanente agitação política, não se comportando com o decoro que nós, cidadãos intelectualizados crentes na democracia, esperamos dele. Por quê?

A razão do fenômeno deve-se a que o populismo de direita, regra geral, não sabe bem para onde ir, não possui projeto político para solucionar a crise internacional, agravada pela pandemia – na verdade, é a expressão social mais feroz e mais patética dessa crise. Com adoecimentos e mortes em massa e com as quarentenas, o neoliberalismo foi momentaneamente encurralado, a ponto de Boris Johnson, primeiro-ministro inglês, ter que moderar sua demagogia e passar a defender publicamente a saúde pública britânica. Revelam-se então os limites do individualismo e do darwinismo social como ideologias distópicas, após a grande crise econômica de 2008.

Ademais, os governos de extrema-direita fazem barulho, estão em voga, entretanto são minoritários no negacionismo a respeito do coronavírus, tal qual evidenciam, por exemplo, a força da OMS na ONU (CHADE, 2020) ou a humilhante saída de Trump do poder – dono da mais baixa popularidade de um presidente a deixar o governo na história dos EUA (AFP, 2021). A verdade é que a extrema-direita no mundo é inepta para construir alguma hegemonia política. Seus líderes populistas mobilizam continuamente suas próprias bases eleitorais, à base de carisma e *fake news*, justamente por serem incapazes de manter maiorias sociais após as eleições. A sordidez do método político oculta a fraqueza congênita de uma leva de políticos que só prosperam em época de crise. Por isso mesmo a pandemia não foi uma oportunidade para o ainda mais inábil Jair Bolsonaro: não

⁵ A chamada judicialização da política ou das relações sociais sempre existiu, em maior ou menor grau, e passou a ser assim chamada, pelos que raciocinam exclusivamente na ótica dos demais poderes (Executivo e Legislativo), por conta da crise política que se instalou desde 2013 no país. A respeito dessa “judicialização”, veja-se Perruso (2009).

Lhe interessa a união nacional típica de governos tradicionais da direita (união que seria falsa, de qualquer forma, dado seu caráter burguês), já que precisa atuar sempre contra inimigos internos. Daí seu negacionismo sanitário e científico.

Mas há outra característica do bolsonarismo: já que não chegou ao poder para governar e se vê – emulando a esquerda – como um movimento “antissistema” (o *Deep State*, na versão trumpista), ele não se afina com as técnicas impessoais de gestão, a burocracia e a tecnocracia, a ciência enfim. Este romantismo reacionário de quem vive no politizadíssimo mundo das redes anticomunistas/terraplanistas do *WhatsApp* e esta recusa à “técnica como ideologia” (para usar os termos frankfurtianos) são perfeitamente adequados a uma política de crise permanente praticada pela extrema-direita. Sucede, porém, que mais cedo ou mais tarde o populismo de direita é dispensado pelas instituições, pois a agitação da cena política é o inverso do que a burguesia deseja para seu ambiente de negócios: uma dominação de classe estável, despolitizada, desencantada – tal qual a direita tradicional costuma oferecer.

Como registrou Wanderley Guilherme dos Santos (1978), a burguesia brasileira, por si mesma, nunca foi grande coisa enquanto ator político. Na quadra histórica atual de crise generalizada, sua desorientação política é enorme. Não sabe o que propor, insiste em fórmulas repetidas ou arrisca soluções bizarras. Entretanto, muitos burgueses são verdadeiros ao expressar a violência do nosso capitalismo periférico. Intensificam os ataques aos trabalhadores – ainda mais após o lulismo ter desarmado as classes populares, ao substituir as mobilizações sociais, do PT das origens, por políticas públicas levadas a cabo pela *intelligentsia* progressista.

Nesse ponto o bolsonarismo, inadvertidamente, recolocou as “ideias” no “lugar” (para usar, de modo invertido, o conceito de Roberto Schwarz – 2001), explicitando a contradição essencial, a brutal extração da mais-valia, que fundamenta nossa formação social. Embora esgrimindo falsas dicotomias – evocando o mercado contra o Estado, como nós mesmos equivocadamente fazemos, mas com sinal inverso – a extrema-direita brasileira recoloca o “comunismo” de volta ao debate público (coisa que a esquerda, amedrontada, evita, infelizmente – pois deixou de ser socialista), enquanto defende o caráter estrutural da desigualdade brasileira. Contudo, tal defesa não é admissível discursivamente por nossas tradições burguesas mais fortes e menos “ideológicas”, por sua vez também atacadas pelo “gabinete do ódio” de Jair Bolsonaro.

Como se deduz da experiência dos governos do PT, é impossível combater a desigualdade de modo eficaz nos marcos do capitalismo periférico. O nacionalismo lulista nisso apostou e fracassou. Ao lado deste setor progressista, a direita tradicional, que perto do bolsonarismo parece ilustrada, tenta recolocar as “ideias fora do lugar” – onde sempre estiveram em nossa história. É o que vemos quando lideranças do Centrão deixam de lado propostas ditas ideológicas do bolsonarismo: “O Brasil tem muito problema para perder tempo com a pauta de costumes”, afirmou o deputado federal Hugo Motta, do Republicanos, partido ligado à Igreja Universal (CHAIB; URIBE, 2021). Grande parte da burguesia brasileira deseja maior e mais eficiente atuação governamental, diante da inanição administrativa do governo federal – cujos membros, ainda seguindo o malfadado exemplo de Trump, passam mais tempo tuitando nas redes sociais que dedicando-se à

gestão pública. Muitos progressistas e conservadores apostam nesta mesma direção antibolsonarista.⁶

Ao mesmo tempo, também governos estaduais progressistas, do PT ao PCdoB, prosseguem em seus ataques aos setores populares, como se verifica na implementação do excludente e privatizante ensino remoto na educação básica, sob a pandemia. Nas universidades federais, vários reitores vinculados ao lulismo procederam no mesmo sentido precarizante, prejudicando estudantes pobres e acarretando perdas pedagógicas. Reacionários e “civilizados” se digladiam em torno do governo Jair Bolsonaro, mas sob o lulismo muitos deles estiveram juntos. É o caso da convivência entre conservadorismo cristão e progressismo ilustrado, resgatada pelo episódio envolvendo a cantora evangélica Flordelis dos Santos de Souza: a agora execrável deputada federal bolsonarista foi, nos anos dourados dos governos do PT, tema de filme estrelado por bem-intencionados (e hoje arrependidos) artistas “globais” (PINHEIRO, 2020).

A amálgama de progresso e atraso, de moderno e tradicional, continua impondo-se na formação social brasileira e nos fornecendo pistas para a compreensão do desenvolvimento desigual e combinado do nosso capitalismo periférico. Lulistas, liberais e bolsonaristas entendem-se tão diferentes e tão distantes uns dos outros – o que certamente é verdade. Ocorre que, integrados, precipitam a realidade brasileira complexa como é. Não é coincidência que todos, apesar de dissimularem, desejam gerir a ordem do Capital com os Centrões da vida.

Narrativas e explicações na interpretação do Brasil

Para que se dê o devido e conseqüente combate classista ao bolsonarismo, necessidade inadiável de quem vive do trabalho no país, há um pré-requisito: a correta compreensão da situação brasileira, a qual por sua vez exige um balanço crítico do lulismo. E neste aspecto, a esquerda se equivoca sobremaneira, justamente por parte dela ter se colocado a reboque da conciliação de classes lulista.

Muitas previsões a respeito do governo Jair Bolsonaro falharam. Os que antes imaginavam um inevitável e consistente endurecimento do regime, veem agora a crescente fragmentação da direita liberal e conservadora no país: Rodrigo Maia, João Doria, Luiz Henrique Mandetta, Sergio Moro foram feitos inimigos por Jair Bolsonaro. A extrema-direita brasileira perdeu o discurso anticorrupção, essencial para o antipetismo. Não há coesão na pauta política, apenas em torno do programa econômico neoliberal, mesmo assim de forma atabalhoada. O STF investiga e prende os bolsonaristas mais radicais, a grande mídia ataca cotidianamente o governo federal, enquanto Jair Bolsonaro se entrincheira no Congresso com o Centrão.

A retomada de uma certa popularidade de Jair Bolsonaro – não obstante inferior às obtidas por Dilma Rousseff, Lula e FHC em seus governos – configura mais uma evidência do equívoco da narrativa progressista, promovida pela indústria cultural lulista, em supor

⁶ Tais são os apelos tecnocráticos antibolsonaristas de um fundamentalista neoliberal que serviu ao governo Lula: “as decisões do Executivo requerem técnica e política”, “a política pública [não] se resume a frases de efeito”, há necessidade de “gestão, planejamento” (LISBOA, 2020).

um Brasil fascista, autoritário e conservador instalado a partir do impeachment de 2016 ou das eleições de 2018. Se assim fosse, como o fascismo tupiniquim, a ditadura bolsonarista e a onda conservadora permitiram a aprovação quase unânime de uma política pública tão importante (apesar de todos seus problemas) como o Fundeb em 2020? Entrementes, o reacionário projeto Escola sem Partido segue sendo barrado pelo Poder Judiciário.

Já há muito vivíamos a barbárie capitalista, inclusive nos anos de crescimento econômico do neodesenvolvimentismo petista, com suas grandes obras, o aumento da violência nas cidades e no campo, o agravamento da guerra aos pobres e negros, o encarceramento em massa. Tudo isso foi piorando com a crise, sob Dilma Rousseff, e ainda mais dramaticamente sob a pandemia e o genocida Jair Bolsonaro. Como então foi possível, em poucos meses de Auxílio Emergencial, a diminuição da desigualdade e da pobreza em patamar superior ao obtido em tantos anos de governos petistas (CASTANHO; RESENDE, 2020)? Tal fato se explica, pois, a classe trabalhadora continua sendo incontornável na cena política burguesa, o que foi apontado pioneiramente por Weffort (1980) a respeito do Brasil moderno pós-1930. O bolsonarismo, populista como é, não foge à regra – tal qual o lulismo, em chave ideologicamente oposta, mas politicamente análoga.

A recorrente caracterização do regime político nacional enquanto fascismo foi criticada por autores como Borón (2019). Hoje o governo Jair Bolsonaro possui apoio eleitoral de maior extração popular, deixando desconcertada a intelectualidade lulista que designava a classe média (seja lá o que o surrado termo signifique) como principal sustentáculo do fascismo bolsonarista, a exemplo de Armando Boito Jr. (LUCENA; LUCENA, 2019) – a mesma classe média que promoveu inúmeros pannels contra o governo federal... Na verdade, na narrativa lulista pertenciam à “classe média” todos os setores da classe trabalhadora menos precarizada que se opusessem ao lulismo (os mais precarizados tornaram-se “pobres de direita”, mas só após 2016!). Já o “povo” era composto por todos que apoiassem suas políticas públicas, razão pela qual ficam inconformados nossos progressistas atuais com o avanço bolsonarista sobre bases eleitorais que viam, preconceituosamente, enquanto aderentes exclusivas do populismo de “esquerda”. Daí, também, ainda acreditarem no caráter militante do bolsonarismo, que muito mal se verifica empiricamente na realidade brasileira e é estratégico para dimensioná-lo como fascista. Em contraste, a cena política europeia traz mobilizações sociais verdadeiramente massivas (BLOOMBERG, 2020), fazendo jus à utilização do conceito. Entre nós “o buraco é mais embaixo”, como ensina a intuição popular, antieurocêntrica por excelência. O “fascista” de hoje era lulista até pouco tempo atrás: o ex-prefeito carioca Crivella, senador de Lula e ministro de Dilma Rousseff, vestiu a fantasia de bolsonarista nas eleições municipais de 2020. O pragmatismo político burguês é antigo, a novidade está no fato de certa esquerda, nos últimos anos, passar a crer na autenticidade dos discursos de extrema-direita adotados por cálculo eleitoral, por novos e velhos políticos.

Para piorar, a narrativa lulista, seguida por parte da esquerda, vê em Jair Bolsonaro o inimigo perfeito, junção do seu notório reacionarismo com um liberalismo que sempre lhe foi estranho. Desta maneira, quando o bolsonarismo oscila entre o ultraliberalismo utópico e o fisiologismo populista, revela-se a incapacidade explicativa do progressismo brasileiro. Até a Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) o ministro Paulo Guedes tentou ressuscitar – nada como um neoliberal no poder para ser buscado o fortalecimento da arrecadação do Estado à custa do mercado...

Por conta dessa desorientação analítica da esquerda ex-socialista, segmentos mais intelectualizados da classe trabalhadora tornam-se presas fáceis da “política do pânico” vigente nos últimos anos, que despotencializa os movimentos sociais (Cf.: SANTOS; PERRUSO; OLIVEIRA, 2020). Muitos são tomados por uma indignação simultaneamente moralista e apassivadora. São facilmente manipulados por *fake news* oriundas tanto do bolsonarismo como do lulismo (nos últimos dois anos, quantos golpes Jair Bolsonaro ameaçou dar e o lulismo jurou que ia acontecer?). Conseqüentemente, prolongam a difusão e repercussão de teorias conspiratórias, verborragia extremista e falsas polarizações.

Para compreender o Brasil do século XXI, mais do que nunca é necessária uma análise marxista crítica, que passe longe dos enganosos dualismos lulistas e liberais (moderno *versus* atraso, Estado *versus* mercado etc.) e examine com rigor as mudanças de hegemonia nas instituições burguesas – por exemplo, o Ministério Público Federal deixou de ser um importante parceiro do PT após sua chegada ao “poder” em 2002. Ao contrário do que prescrevem as teses do “golpe” de 2016, da “onda conservadora” e da ameaça “fascista”, nossas classes populares continuam lutando por direitos – inclusive sob a pandemia. É o que nos ensinam a greve dos correios, as lutas das torcidas organizadas, os breques dos entregadores de aplicativos, os protestos negros e feministas, os grandes atos estudantis em 2019, entre outras mobilizações antes mencionadas. Os dados da realidade desmentem o imaginário lulista a respeito do Brasil pós-Dilma Rousseff, pois as contradições e os conflitos continuam e mesmo se aguçam, os trabalhadores se movimentam, a sociedade civil reage ao milicianismo estatal temporariamente instalado no governo federal.

A intelectualidade na crise brasileira

O estado de perplexidade em que se encontram segmentos mais intelectualizados da classe trabalhadora, professores universitários inclusos, vincula-se a leituras apocalípticas da conjuntura nacional. O catastrofismo é condizente com o Brasil de Jair Bolsonaro e sob a pandemia, mas a barbárie é intrínseca à periferia capitalista em geral e à especificidade de nossa formação social – não foi inaugurada por Temer. Muitas análises são superficialmente politizadas: vendem-se as ideias de “guerra híbrida” e *lawfare*, entre outras, como panaceias boas para acoplar teorias da conspiração a realidades complexas. São, no entanto, ruins para explicar sociológica e antropologicamente que o bolsonarismo é a atualização do “atraso” brasileiro, o qual sucedeu não só temporalmente, mas também logicamente, ao “progresso” da era lulista. O pior é que nosso derrotismo intelectual revela o quanto ainda somos ingenuamente iluministas, crentes na modernização da democracia liberal burguesa, incapazes de compreender que meras reformas do capitalismo brasileiro não alterarão significativamente o caráter estrutural da desigualdade nacional.

Por isso também caem por terra as ilusões liberais ou progressistas (antes brizolistas, hoje lulistas) na educação como solução redentora para o país: típica receita das velhas teorias da modernização que não resiste ao teste da história. Foi um Brasil mais “educado” (ou instruído) – via Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Programa Universidade para Todos (PROUNI) etc. – que derrubou Dilma Rousseff e elegeu Jair Bolsonaro. Como é sabido, a educação pode ser também reprodutora de hierarquias sociais, raciais e de gênero, essenciais ao nosso padrão

civilizatório. É emancipatória a educação que dialoga com os movimentos sociais e valoriza a agência das classes populares e da juventude trabalhadora, únicas vias de mudança efetiva – como nos ensinou Paulo Freire.

Diante do “novo normal” e do ressurgente negacionismo científico sob a pandemia, nós intelectuais somos desafiados a formular, em parceria com os grupos sociais subalternizados, diagnósticos críticos e soluções transformadoras. Por quê a indignação cidadã, ainda lentamente convertendo-se em participação política renovada, é parcialmente capturada pelas *fake news* da extrema-direita?

Ao invés de apenas denunciarmos o negacionismo acionado pelo demagogo marketing populista, precisamos nos perguntar o que move tanta gente a ser indiferente à ciência em pleno século XXI – trata-se de um paradoxo unicamente para quem confia no progresso em moldes cientificistas. A “irracionalidade” na cultura, denunciada por liberais e marxistas ortodoxos, não é invenção da extrema-direita e sempre subsistiu lateralmente na contemporaneidade – inclusive em camadas sociais intelectualizadas ou progressistas – por meio da astrologia, da homeopatia etc.

Seguindo o pensamento social alemão, desconfiado das promessas do Iluminismo desde Herder passando por Weber até chegar em Habermas, podemos encontrar resposta no “desencantamento do mundo”. A profusão de ascensões e derrotas de ideologias nas últimas décadas – socialismo real, neoliberalismo, globalização, progressismos reformistas, radicalismo conservador etc. – é vivido pelas massas populares do mundo todo com alguma astúcia. Os repertórios políticos se sucedem na medida da alternância da gestão da ordem do Capital, nada mais. O desencantamento torna-se ou incredulidade pragmática ou busca desesperada por novos engajamentos. A ciência e a técnica não fogem à regra, precisam ser motivadas e disputadas socialmente.

Para tanto, cabe indagar qual tem sido o desempenho das ideias, da ciência e de seus agentes (intelectuais, cientistas, tecnocratas) no Brasil. Que legitimidade social nós, profissionais do capital intelectual, produtores da cultura e da ciência, possuímos ou merecemos? Com que segmentos – elites, setores médios, classes populares – ou entes sociais (o mercado, o Estado, os movimentos sociais, a própria universidade) nos relacionamos?

Se nos posicionamos societariamente como uma *intelligentsia* desvinculada dos demais grupos da sociedade, encerrada nos muros da Universidade, acabamos por disseminar o capital cultural de forma muito limitada. Mesmo se procedermos, o que também é muito comum, à maneira mannheimiana – ativos publicamente, mas colocados de modo elitista como que acima das classes sociais – não teremos como cobrar dos trabalhadores fidelidade à ciência e à educação. Se a atuação intelectual é realizada exclusivamente em colaboração com o Estado e suas políticas públicas, caso essas fracassem (o que aconteceu na trajetória do lulismo), cai em descrédito popular também a intelectualidade – situação que ora vivemos. Nem percamos tempo com a esfera do mercado e seu notório caráter excludente. Outra opção é articular-se com os movimentos contestatórios das classes subalternas, tal qual a intelectualidade orgânica na matriz gramsciana, cumprindo a função de produzir conhecimento na perspectiva dos “de baixo”.

Nesse diapasão, o lugar dos intelectuais, hoje, é no campo popular autônomo e combativo, no interior da sociedade civil.⁷

Horizontes emancipatórios para o séc. XXI

Do nosso ponto de vista, dos que vivem da sua própria força de trabalho e são assalariados, intelectualizados ou não, percebe-se de imediato que podemos contar apenas com nossas próprias forças. Enquanto os setores dominantes tateiam em busca de saídas “civilizadas” ou caóticas, devemos nos perguntar como nossa geração chegou aonde estamos. Da experiência de democratização de base, classista, mais avançada da história da sociedade brasileira, marcante nos anos 1970/1980, até o bolsonarismo vigente agora.

A trajetória recente de nossa formação social evidencia um enfraquecimento da agência sociológica das classes trabalhadoras. Esse fenômeno é anterior a Jair Bolsonaro e a Temer, não podendo ser creditado a eles. O empoderamento da agência do Estado-Nação, realizado pela conciliação lulista de classes, em acomodação mais ou menos tensa com a agência do mercado defendida pelos neoliberais, extraiu força e autonomia dos movimentos populares.

A esfera do mercado forma antes consumidores do que cidadãos. Como o crescimento econômico sob o lulismo foi grande, não devemos nos surpreender agora que tantos consumidores, “inconscientes” de sua própria cidadania, tenham optado pelo bolsonarismo em 2018. Inclusão via mercados aumenta a demanda por disciplina do trabalho, correlata a uma intensificação do “espírito do capitalismo”. Por conseguinte, há a expansão da teologia da prosperidade e do conservadorismo evangélico, algo inevitável sob o progressismo latino-americano. Já o Estado-Nação forma clientelas setoriais de políticas públicas, mas não necessariamente cidadãos. A integração social lulista via consumo e políticas públicas aprofundou o individualismo neoliberal, ao contrário do que supõe o senso comum progressista. Não seria possível de outra maneira sob a política de conciliação de classes, independente do voluntarismo de alguns.

No mundo do trabalho das camadas populares, a cidadania é propiciada fundamentalmente por seus movimentos sociais e sindicais, por direitos coletivamente conquistados através da luta de classes. Trata-se de uma socialização política e cultural ancorada em experiências autônomas dos “de baixo”, qualitativamente distinta das socializações efetivadas hierarquicamente pelo mercado e pelo Estado, ambos manejados pelas classes dominantes. Ainda que esteja havendo uma lenta renovação do campo dos movimentos sociais desde o início da década passada, com importantes mobilizações dos trabalhadores e da juventude (greves e ocupações nas universidades e escolas, os “Ocupas”, as jornadas de junho de 2013, comitês contra a Copa e a Olimpíada, a maior greve geral da história brasileira em 2017, Primavera Feministas etc.), ela não se mostrou expressiva o suficiente para revitalizar nossa democracia desde baixo de modo contínuo.

Por outro lado, a obsolescência do campo popular lulista, cada vez mais burocratizado, permitiu a ocupação da cena política pelas “guerras culturais” obscurantistas da extrema-direita bolsonarista, talvez em maior grau sob a conjuntura de confinamentos inaugurada

⁷ A respeito, veja-se Vieira; Perruso (2019).

– e prolongada até hoje – pela pandemia e pela gestão burguesa da crise. Explorando contradições e frustrações do desenvolvimento capitalista ensejado pelo lulismo, o bolsonarismo colheu capilaridade social e disseminou modismos políticos e culturais, embora não saiba bem para quê. Por isso insiste na agitação de suas bases. Mas as classes dominantes brasileiras sempre foram elitistas, tecnocráticas e desmobilizadoras, como apontou Lamounier (1977). Entre o fascismo e o bonapartismo, sempre se escolheu a segunda opção na história nacional. Daí o peso dos nossos “mitos” à direita e à “esquerda”, verdadeiros árbitros – autoritários ou conciliadores – que parecem planar sobre nossas classes sociais: Getúlio Vargas, Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva, Jair Bolsonaro.

Uns e outros expressam nossa combinação entre atraso e progresso que rege o desenvolvimento capitalista sob as variações da hegemonia burguesa, conforme explicado pelo pensamento social brasileiro de ênfase antidualista, a exemplo de Oliveira (1972). A superação da dualidade moderno/tradicional nas ciências sociais brasileiras pode ser uma resposta positiva, gerida por futuros intelectuais sob a dureza da pandemia e das quarentenas. Por ora, a renovação do pensamento brasileiro é represada pelo lulismo. O passado ainda impera. A maior parte da *intelligentsia* das políticas públicas não se mexeu quando o encarceramento em massa de negros e mulheres avançou sob os governos do PT. Já quando ela é alijada da burocracia estatal, com Temer e depois Jair Bolsonaro, passou a denunciar o “fascismo” de arrivistas que os derrotaram política e eleitoralmente. Hoje muitos deles “lutam” contra o presidente autoritário e genocida por meio de abaixo-assinados, esperando messianicamente que Lula nos salve do “mito” em 2022. Até lá a mortandade vai aumentando.

E assim a articulação e a alternância entre “civilização” e barbárie prosseguem. O retrocesso que vivemos não se restringe às políticas públicas ou à velha direita, os valores ideológicos e as práticas políticas do progressismo enrijecem-se em chave antidemocrática. Por diversas vezes a intelectualidade lulista reproduz o repertório e a argumentação bolsonaristas, de teor autoritário, como no caso da Universidade da Cidadania na UFRJ, que sofreu seguidas intervenções da reitoria desde 2019 (Cf.: UC RESISTE, 2020). Após incontáveis promessas não cumpridas pelas diversas castas políticas, numa democracia liberal cada vez mais surda à insatisfação popular, os trabalhadores brasileiros persistem. Sobreviveram ao neoliberalismo de FHC, ao neodesenvolvimentismo de Lula e agora crescentemente percebem o que significa Jair Bolsonaro. Ademais, acompanham as ruas dos vários cantos do mundo nos últimos anos (inclusive sob a pandemia), que empurram transformações incapazes de serem gestadas pelo Estado ou pelo mercado: o levante negro nos EUA, as multidões do Chile que conquistaram uma nova constituição, a revolta pela vacina no Paraguai etc.

Mobilizações societárias como essas e outras são aptas a impulsionar uma maior imaginação radical por parte dos intelectuais, que nos ajude a olhar para frente – não para trás ou para o lado, como evidenciam a reabilitação do populismo, a nostalgia do lulismo e até o bizarro *reviva!* stalinista (fenômenos que expressam um nacionalismo obsoleto). Novas culturas políticas emancipatórias vão sendo criadas pelos subalternizados, pois a conflituosidade social sob o capitalismo é inexorável.

Referências

ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. **Pós-extrativismo e decrescimento – saídas do labirinto capitalista**. São Paulo: Elefante, 2020. 224pg.

AFP. Trump deixa o cargo com menor índice de aprovação de sua Presidência. **UOL**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2021/01/18/trump-deixa-o-cargo-com-menor-indice-de-aprovacao-de-sua-presidencia.htm?fbclid=IwAR38OgQTzCHWB-VeGb6Jmc9fCki8wN7viP1jwY47ijzJmJjhA5YNCGogfbY>. Acesso em: 13 mar, 2021.

BLOOMBERG. Protesto contra medidas de restrição da pandemia reúne milhares em Londres. **Valor**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/09/26/protesto-contra-medidas-de-restricao-da-pandemia-reune-milhares-em-londres.ghtml>. Acesso em: 14 mar, 2021.

BORÓN, Atilio. Caracterizar o governo de Jair Bolsonaro como “fascista” é um erro grave. **Brasil de Fato**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/02/artigo-or-caracterizar-o-governo-de-jair-Jair-Bolsonaro-como-fascista-e-um-erro-grave/>. Acesso em: 14 mar, 2021.

CASTANHO, William; RESENDE, Thiago. Auxílio emergencial impede que 23,5 milhões caiam na pobreza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/auxilio-emergencial-impede-que-235-milhoes-caiam-na-pobreza.shtml>. Acesso em: 14 mar, 2021.

CHADE, Jamil. Isolado, Brasil é o único país a apoiar Trump na ONU em votação contra a OMS. **UOL**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/11/28/brasil-e-unico-pais-do-mundo-a-apoiar-trump-em-voto-contra-oms.htm>. Acesso em: 13 mar, 2021.

CHAIB, Julia; URIBE, Gustavo. Jair Bolsonaro terá dificuldades com pauta de costumes, apesar de aliados no Congresso. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/02/Jair-Bolsonaro-tera-dificuldades-com-pauta-de-costumes-apesar-de-aliados-no-congresso.shtml>. Acesso em: 13 mar, 2021.

FERNANDES, Anais. Reorganização do capitalismo democrático não pode se prender a dogmas, diz Lara Resende. **Valor**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2020/08/15/reorganizacao-do-capitalismo-democratico-no-pode-se-prender-a-dogmas-diz-lara-resende.ghtml>. Acesso em: 09 mar, 2021.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa – crítica de la razón funcionalista II**. Madrid: Taurus. 1987. 618pg.

LAMOUNIER, Bolivar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris. (org.) **História geral da civilização brasileira – o Brasil republicano**. São Paulo: Difel, 1977. Pg. 343-374.

LISBOA, Marcos. Quem semeia vento colhe tempestade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcos-lisboa/2020/05/quem-semeia-vento-colhe-tempestade.shtml>. Acesso em: 21 fev, 2021.

LUCENA, Eleonora de; LUCENA, Rodolfo. "Burguesia cavalga o movimento fascista". Tutaméia, São Paulo, 2019. Disponível em: https://tutameia.jor.br/burguesia-cavalga-o-movimento-fascista/?fbclid=IwAR27a_tv1VAe1VYi6gOsXiy77Qc2N0Fh_eNVknm4qMRjPvH1xfOW7TDH_KCs. Acesso em: 14 mar, 2021.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. **Estudos Cebrap**, São Paulo, Cebrap, n. 2, pg. 3-82, 1972.

PERRUSO, Marco Antonio. Aspectos sociológicos da litigância e do acesso à justiça. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, SJRJ, n. 24, pg. 241-252, 2009.

PERRUSO, Marco Antonio. O lulismo e a reabilitação do populismo. **Revista Movimento**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2020/08/o-lulismo-e-a-reabilitacao-do-populismo/>. Acesso em: 01 mar, 2021.

PINHEIRO, Felipe. Leticia Sabatella lembra contato com Flordelis: 'Lobos em pele de cordeiro'. **UOL**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2020/08/26/leticia-sabatella-lembra-contato-com-flordelis-lobos-em-pele-de-cordeiro.htm>. Acesso em: 13 mar, 2021.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos; PERRUSO, Marco Antonio; OLIVEIRA, Marinalva Silva. (org.) **O pânico como política – o Brasil no imaginário do lulismo em crise**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020. 439pg.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Ordem Burguesa e Liberalismo Político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978. 172pg.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: SCHWARZ, Roberto. **Cultura e política**. São Paulo: Paz e Terra, 2001. Pg. 59-83.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, guinada ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo: Elefante, 2019. 186pg.

UC Resiste. **Mais um golpe dos interventores na Universidade da Cidadania (UC) da UFRJ**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://m.facebook.com/ucresiste/photos/a.258501745171061/362640174757217/?type=3&source=57>. Acesso em: 22 mar, 2021.

VIEIRA, Ana Carolina Quintana de Serpa; PERRUSO, Marco Antonio. Gramsci e Mannheim: conceitos clássicos sobre intelectuais. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, UFJF, v. 14, n. 2, pg. 168-183, dezembro de 2019.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 181pg.

Submetido em: 28/04/2021

Aprovado em: 06/05/2021



Esta obra está licenciada com uma Licença
[Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)